

Marcadores sociais da diferença e interseccionalidade

Autora: Ilane Cavalcante Lobato Alves da Silva

2º semestre/ 2017

Roteiro de Atividades Didáticas (8 Aulas de 50 minutos)

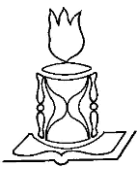
Aulas destinadas ao 2º ou 3º ano do Ensino Médio

Recursos materiais necessários: Aparelho de som, impressão e projetor

Observações iniciais: essa sequência didática se enquadra no contexto em que os alunos já tenham tido as aulas sobre os temas separadamente, como raça, classe, gênero e suas particularidades. A partir desse primeiro contato com as temáticas, com esse plano de aulas busca-se compreender a complexidade da intersecção dos temas, da forma que ocorrem em nossa sociedade.

1ª aula: Contato com o tema

Objetivo: O objetivo dessa aula será iniciar os alunos às questões acerca da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença.



Música: Samba na Mulata - Clarianas

Levanta, bota a chinela
Faz o café bem antes do sol
Acorda moleque chora
Não desespera e vai pro farol

Chocolate, vai pirulito?
Vinte centavos pra adoçar a vida
Amarga que só por Cristo!
Fazer o quê, se não tem saída?
Fazer o quê, se não tem saída?

E assim passa o dia passa
A tarde passa e a noite vem
Paga a taxa e vai pra casa
Fazer papa para o neném
Fazer papa para o neném

Se banha, bota a sandália
Penteia o cabelo e passa batom
Enquanto o moleque dorme
Lhe joga um beijo e sai pro mundão

Vai mulata com tudo em cima?
Vinte reais pra animar a vida
Desgraçada! Meu Deus que dia!
Fazer o quê se não tem saída?
Fazer o quê, se não tem saída?

E assim passa a noite passa
A madrugada e o dia vêm
Paga a taxa e leva uns tapa



E vai pra casa contar vintém

Vai pra casa contar vintém

Descrição da atividade:

A atividade inicia com os alunos ouvindo a música, duas vezes. Para escutar a terceira vez a música, a professora deve distribuir a letra da mesma para que os alunos acompanhem, sem que contenha o nome da música.

A partir desse contato, a professora deve propor aos alunos a atividade de traçarem o perfil da pessoa retratada, respondendo sobre seu gênero, cor, classe social e também dando uma sugestão de nome para a música. Devem escrever as respostas no caderno.

Após a conclusão dessa etapa, a professora deverá perguntar para os alunos quais suas respostas e ir anotando na lousa, para que todos possam observar as respostas de seus colegas.

Com esses resultados, inicia a discussão sobre essa pessoa retratada na música e o questionamento aos alunos de por que escolheram essas interpretações, quais são os fatos que a música apresenta que os levam a elas. A professora deve, junto com os alunos, pensar nas questões: qual explicação para esses fatos? São características de qual realidade social? E o quais são os fatores que contribuíram e contribuem para as escolhas de vida da personagem retratada? São de fato escolhas ou circunstâncias? Ir anotando na lousa os resultados dessa discussão também, enquanto os alunos copiam em seus cadernos, para registrar o processo.

O objetivo desse questionamento é de que os alunos compreendam os fatores sociais que levam uma pessoa a precisar levar uma vida de subempregos, com tripla jornada, como os retratados na música, sendo eles falta de escolaridade, falta de emprego, responsabilidades com filhos que recai sobre as mulheres etc.

Fazer o mesmo questionamento sobre os nomes que pensaram para a música e pedir para que os alunos apontem quais foram os motivos que os levaram a pensar nesses nomes. Após a discussão sobre isso, contar para eles que a música se chama “Samba da Mulata”, do grupo Clarianas, que é composto por três cantoras-atrizes (Martinha Soares, Naloana Lima e Naruna Costa), uma percussionista (Fefê Camilo) e um rabequeiro-violonista (Giovani Di Ganzá), que lançaram seu disco, Girandêra, em 2012 e trabalham a partir da investigação da voz das mulheres



ancestrais, com o foco na valorização da cultura brasileira a partir de uma perspectiva africanordestina-indígena-periférica.

Ao apresentar o nome da música, a professora deve questionar com os alunos utilização do termo “mulata” e o ponto de vista político de utilizar esse termo para o título da música. Além disso, outro ponto a ser trabalhado é o fato do grupo musical trazer em suas composições uma perspectiva africanordestina-indígena-periférica, e questionar com os alunos o que isso significaria. Que tipo de temática cabe nessa perspectiva? Que tipo de som, feito com quais instrumentos? Se tiver a disponibilidade de um projetor, sugiro que a professora apresente a música cantada no show delas, para que os alunos consigam extrair outras informações pelas roupas, adereços, instrumentos, tipo de música, entre outros elementos.

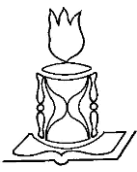
Encaminhar essa discussão de forma que identifiquem como essas características se relacionam com essa perspectiva africanordestina-indígena-periférica e instigue os alunos a pensar sobre essa denominação e que opressões ela pode carregar. Temas que podem ser abordados: identidade de raça e classe, valorização da cultura ancestral, vulnerabilidade social, origem, escolhas e oportunidades de vida, etc.

2ª aula: Retomada da música e apresentação dos conceitos

Objetivo: Essa aula visa apresentar os conceitos iniciais sobre marcadores sociais da diferença a interseccionalidade, com a utilização das músicas “Samba da Mulata” e “Enchente”.

Iniciar a aula retomando a conversa da aula anterior e pedindo para os alunos olharem suas anotações para lembrar o perfil da personagem retratada na música “Samba da Mulata”.

Pedir para os alunos pensarem em uma personagem da mesma classe, mesma cor e outro gênero. Esse perfil encaixaria na história retratada na música? Por quê? Fazer o mesmo exercício e discussão modificando a classe e depois a cor da pessoa e procurar discutir com os alunos como que a mudança de um dos fatores pode mudar a história dessa personagem. Levantar o questionamento de porque isso



ocorre, em debate com a sala. Cada aluno deve anotar no caderno os principais pontos da discussão.

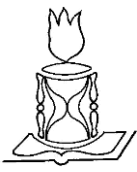
A partir desse momento, tratar com os alunos da importância de compreender os processos que cada grupo de pessoas passa por meio de análises que combinem fatores como características de raça, classe e cor, por exemplo, mas que também podem envolver outros como idade, sexualidade, deficiência etc.

Explicar que esses fatores, na sociologia, são chamados de marcadores sociais da diferença e que pensá-los de forma conjunta e combinada é fruto de uma abordagem interseccional.

Marcadores sociais da diferença são compostos por raça, gênero, sexo, idade, classe, deficiência etc. e a articulação dessas categorias, por meio de uma abordagem interseccional, que compreende a análise das relações sociais em sua complexidade e pretende pensar como tais marcadores estão articulados na prática social.

Nesse momento a professora pode fazer um esquema na lousa explicando, a partir de esferas que simbolizem a raça, a classe e o gênero (que já foram trabalhadas anteriormente e apareceram na análise da música em questão) e onde estaria exemplificada a interseccionalidade. Falar que esse é um modo de pensar as desigualdades e hierarquias sociais dentro do campo da sociologia e antropologia e que é uma abordagem que vem crescendo muito nos últimos tempos, porém a maioria da literatura sobre o tema ainda está em línguas estrangeiras, dificultando seu acesso.

Para aumentar essa discussão, proponho que a professora apresente uma segunda música para o grupo, chamada Enchente, também das Clarianas, com a seguinte letra:



Encheu, encheu!
Corre com a cadeira
Bota a mesa na cabeça
Não esquece da penteadeira
Do armário e do fogão!

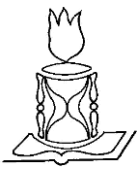
Encheu, encheu!
Pega o meu colchão
Que aquele da prefeitura
Demais duro que rapadura
Ninguém merece não!
Ih! Já foi o meu sofá
E nem paguei a prestação!

Encheu, encheu!
Olha o meu menino
Tá nadando no esgoto
O bicho parece doido
Tem miolo, mas não cresce!

Mas como diria o outro
No mundo maravilhoso
Cada um com seu esforço
Tem a praia que merece!
Ai, ai, ai ninguém se mexe
Ai, ai, ai ninguém merece!

E a água desceu
Mas a lama ficou
Ai meu Deus, ai meu Deus
Olha o estrago que sobrou!

Mas a gente lavou



E queimou o que perdeu
E o governo, o governo
Deu cobertor e esqueceu

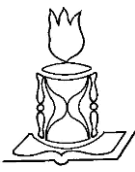
Mas o dia amanheceu e de novo aconteceu
Mas o dia amanheceu e de novo aconteceu

Mas um dia aconteceu
E o menino adoeceu
Mas um dia aconteceu
E o menino

A discussão deve continuar sobre qual realidade social é retratada nessa nova música e na trabalhada na aula anterior, no que elas se relacionam com a perspectiva africanordestina-indígena-periférica. Pode-se também fazer um paralelo com a personagem que o perfil foi feito em conjunto pelos alunos. Essa personagem da primeira música poderia ser a mesma personagem da outra música? O que faz com que se possa ter essa resposta? No que as realidades divergem e no que se assemelham? Onde ocorrem situações apresentadas pela música “Enchente”? Que classes sociais convivem com essa realidade? De cor ou raça costumam ser as pessoas que sofrem com isso? O que as Clarianas querem dizer com a frase “Mas como diria o outro, no mundo maravilhoso, cada um com seu esforço tem a praia que merece!”? Quais situações podem levar as pessoas a viverem sujeitas a acontecimentos como os da música? O que isso tem relação com o esforço delas?

Os alunos devem sempre registrar no caderno as discussões realizadas em sala.

O objetivo dessa discussão é que os alunos compreendam como os marcadores sociais da diferença podem indicar determinadas realidades, desigualdades e hierarquias sociais e, também, compreendam como esses marcadores se relacionam, para que assim possam ter maior clareza do que é uma abordagem interseccional.



3ª aula: Apresentação de dados sobre marcadores sociais da diferença

Objetivo: o objetivo dessa aula é apresentar aos alunos dados de pesquisas sobre marcadores sociais da diferença e a importância das análises interseccionais para compreender as desigualdades sociais.

A aula deve iniciar com a retomada dos temas vistos nas aulas anteriores e com os alunos dizendo o que são marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade, podendo recorrer ao que anotaram em seus cadernos nas últimas aulas. A professora pode anotar na lousa enquanto eles vão falando. Dessa forma, ela garante que os alunos estão dentro do tema que terá continuidade a seguir. Caso os alunos esqueçam de partes importantes da discussão anterior, a professora deve lembrá-los, de modo que todos estejam com os conceitos frescos para a próxima atividade.

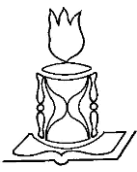
A atividade consiste em um trabalho com dados sobre marcadores sociais de forma interseccional. A professora deve levar os dados impressos e iniciar um trabalho com os alunos divididos em grupos.

A proposta é que os alunos analisem, em grupo, os dados apresentados de forma que extraiam deles as seguintes informações gerais: sobre o que o dado está tratando? Quais são os marcadores sociais da diferença presentes nos dados? Que marcadores sociais estão cruzados para uma abordagem interseccional?

Em anexo, apresento os dados que sugiro serem utilizados. São dados que indicam desigualdades na sociedade brasileira a partir de intersecções entre marcadores sociais da diferença. Os dividi em blocos que se relacionam com as atividades das próximas aulas.

Toda análise e discussão deve ser registrada por todos do grupo, cada um em seu caderno. No final da aula, a professora deve recolher os dados impressos, assim como registrar os grupos que trabalharam com cada bloco, para que continuem a atividade nas próximas aulas.

A importância dessa atividade é de colocar os alunos em contato com dados de pesquisas com uma abordagem interseccional dos marcadores da diferença, de forma que eles possam compreender outras formas de transmissão de informação, como gráficos ou tabelas, o que é importante para o aprendizado dos alunos também



em outras áreas que se utilizem dessas formas de exposição das informações. A leitura de dados é de suma importância para o aprendizado dos alunos, sendo uma possibilidade de ir além dos textos escritos para compreender o mundo e suas particularidades.

4ª aula: Trabalho com teses sobre interseccionalidade

Objetivo: Introduzir o contato dos alunos com teses acadêmicas que tratem da interseccionalidade.

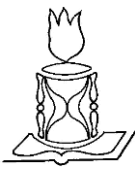
Como recurso didático, nessa etapa do entendimento da questão, sugiro que a professora utilize trechos de teses para que os alunos leiam e discutam em grupo, os mesmos da aula anterior. A professora deve entregar para cada grupo a tese que corresponde ao bloco de dados (que está especificado no anexo desse arquivo) que o grupo trabalhou. Isso é fundamental para as próximas atividades.

Ao ler as teses, os grupos deverão responder questões como: quais são os marcadores sociais presentes na tese? De que maneira os autores trabalham a interseccionalidade? Qual a pergunta do autor pra fazer essa pesquisa? Como ele respondeu essa pergunta?

Os alunos devem anotar no caderno as respostas para as questões acima.

Sugiro que para essa atividade a professora leve para sala também dicionários que possam ser consultados pelos alunos. Caso precisem utilizar, os alunos devem ser orientados a anotar no caderno as palavras que tiverem dúvidas e seus significados.

É importante nessa fase da atividade, a professora acompanhar a leitura dos alunos passando de grupo em grupo e os orientando caso haja alguma dúvida. Por ser uma linguagem distinta da que os alunos estão habituados, é necessário dar uma atenção maior.



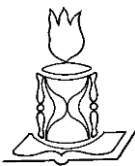
5ª e 6ª aulas: Trabalho com teses e dados sobre o tema - elaboração de seminário

Objetivo: Essas aulas têm como objetivo orientar e assessorar os alunos na montagem de um seminário em grupo sobre as teses e dados trabalhados.

Nessa aula, sugiro que a professora retome os trabalhos em grupo com as teses e inicie a proposta de que os alunos façam seminários para apresentar o conteúdo de cada tese para o conjunto da sala. Para realizar o seminário, os alunos devem também relacionar as teses com os dados trabalhados na outra aula. Os alunos devem, então, pensar um seminário que conecte o tema e as questões respondidas durante o trabalho com os dados e com as teses, para explicá-los para seus colegas. Devem também selecionar quaisquer outros materiais (músicas, poemas, fotos, trechos de filmes etc.) que tratem da mesma temática para apresentar para a turma.

O objetivo dessa atividade é que, assistidos pela professora, os grupos de alunos consigam compreender as informações contidas na tese e relacioná-las com os dados e com outro material selecionado pelo grupo, retomando a proposta das músicas utilizadas pela professora nas duas primeiras aulas. Além disso, o acompanhamento da professora é essencial para que haja uma orientação de perto de como trabalhar as informações de forma que possam ser expostas de maneira clara para o resto da classe.

Durante essas aulas os alunos devem preparar o seminário em grupos e a professora passará por eles ajudando e observando o processo de entendimento e criação. Os alunos devem fazer no caderno a anotação do processo de criação e estruturação dos seminários. Cada grupo poderá definir a forma que apresentará seus seminários.



7ª e 8ª aulas: Apresentação dos seminários

Objetivo: Os alunos, nos grupos, devem conseguir sintetizar os assuntos estudados e apresentar os resultados da análise de sua tese e dados escolhidos para a sala, assim como apresentar qualquer outro material que considerem relevante para o entendimento do tema.

Essas duas aulas consistem em um fechamento do bloco temático com a apresentação dos seminários dos alunos. A turma pode estar em roda, com os grupos sentados reunidos e, um por um, apresenta o conteúdo trabalhado a partir de seu caso específico, com o uso de dados e outros materiais pertinentes. É um exercício de elaboração de apresentação oral e de escuta para os alunos, importante para que todos consigam compreender algumas das produções acerca da interseccionalidade realizadas na academia e sua relação com outras manifestações artísticas.

Avaliação: A avaliação desse bloco temático se dará por meio da participação e observação da professora sobre o desenvolvimento do grupo. A professora poderá vistar os cadernos com as anotações do processo vivido no decorrer das aulas e avaliá-los também pela apresentação, empenho e criatividade na execução dos seminários.



ANEXOS

Dados

Observação 1: a professora não deve apresentar o título dos blocos para os alunos.

Observação 2: caso sejam turmas com muitos alunos, é possível repetir os blocos de dados e teses em grupos diferentes, pedindo a eles, somente, que procurem material correlacionado distinto para a apresentação dos seminários.

Bloco 1 - Raça e gênero

Tabela 7.1.1. Homicídios de mulheres brancas, por UF/região e cor. Brasil. 2003/2013

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	6	3	5	6	7	5	6	3	3	1	3	-50,0	-50,0
Amapá	2	1	2	3	4	0	1	2	3	2	1	-50,0	-66,7
Amazonas	5	11	6	12	5	6	3	4	10	8	8	60,0	-33,3
Pará	15	13	25	21	26	26	23	29	27	26	33	120,0	57,1
Rondônia	22	17	14	19	8	16	15	11	14	13	20	-9,1	5,3
Roraima	1	2	1	4	1	4	3	1	0	2	0	0,0	0,0
Tocantins	5	4	6	3	2	3	7	3	10	9	7	40,0	133,3
Norte	56	51	59	68	53	60	58	53	67	61	72	28,6	5,9
Alagoas	5	9	8	6	11	3	2	5	7	12	18	260,0	200,0
Bahia	18	20	22	20	27	34	31	39	36	40	41	127,8	105,0
Ceará	10	15	16	17	27	18	25	27	24	25	34	240,0	100,0
Maranhão	11	9	8	7	12	9	19	17	17	14	22	100,0	214,3
Paraíba	3	5	7	9	7	8	9	8	18	7	12	300,0	33,3
Pernambuco	53	56	37	35	35	45	40	29	21	20	26	-50,9	-25,7
Piauí	6	10	8	4	9	6	5	10	4	5	10	66,7	150,0
Rio Grande do Norte	14	4	9	10	11	7	17	13	11	16	19	35,7	90,0
Sergipe	8	6	4	9	9	8	9	6	7	9	8	0,0	-11,1
Nordeste	128	134	119	117	148	138	157	154	145	148	190	48,4	62,4
Espírito Santo	41	33	30	44	32	30	32	34	40	17	36	-12,2	-18,2
Minas Gerais	152	114	142	137	129	133	131	140	163	146	144	-5,3	5,1
Rio de Janeiro	227	230	204	219	186	133	145	126	127	124	136	-40,1	-37,9
São Paulo	628	565	508	525	394	443	401	419	377	368	394	-37,3	-25,0
Sudeste	1.048	942	884	925	741	739	709	719	707	655	710	-32,3	-23,2
Paraná	188	199	185	194	193	241	273	282	218	247	222	18,1	14,4
Rio Grande do Sul	152	167	185	128	160	184	185	183	179	202	172	13,2	34,4
Santa Catarina	51	63	54	69	60	74	82	94	68	84	82	60,8	18,8
Sul	391	429	424	391	413	499	540	559	465	533	476	21,7	21,7
Distrito Federal	14	8	14	9	13	7	14	15	16	10	12	-14,3	33,3
Goiás	45	64	46	48	51	48	45	44	67	67	66	46,7	37,5
Mato Grosso	33	38	37	28	41	26	37	25	26	35	28	-15,2	0,0
Mato Grosso do Sul	32	18	32	24	26	27	31	21	29	26	22	-31,3	-8,3
Centro-Oeste	124	128	129	109	131	108	127	105	138	138	128	3,2	17,4
BRASIL	1.747	1.684	1.615	1.610	1.486	1.544	1.591	1.590	1.522	1.535	1.576	-9,8	-2,1

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.



Tabela 7.1.2. Homicídios de mulheres negras, por UF/região e cor. Brasil. 2003/2013

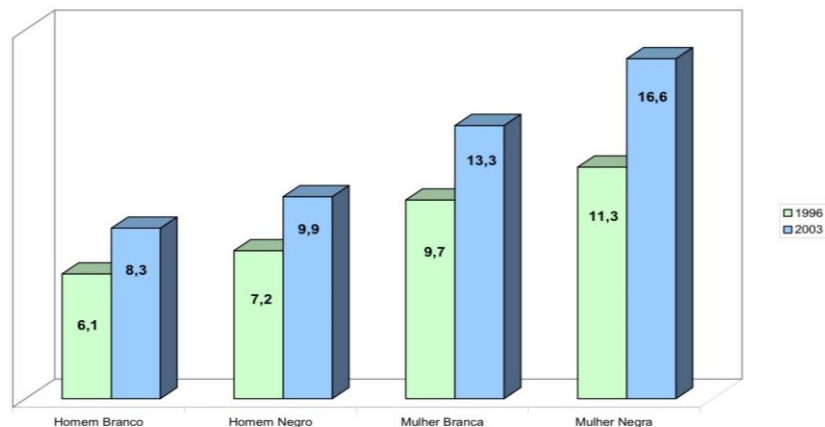
UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Acre	7	7	8	8	9	5	6	13	11	14	29	314,3	262,5
Amapá	12	14	13	10	7	13	10	14	16	15	15	25,0	50,0
Amazonas	30	34	40	33	43	56	60	60	66	89	71	136,7	115,2
Pará	78	77	101	118	112	137	152	196	154	202	189	142,3	60,2
Rondônia	29	13	30	31	20	20	35	23	31	35	27	-6,9	-12,9
Roraima	5	3	9	3	10	5	12	9	9	7	14	180,0	366,7
Tocantins	17	14	15	18	25	17	23	30	36	40	31	82,4	72,2
Norte	178	162	216	221	226	253	298	345	323	402	376	111,2	70,1
Alagoas	39	42	46	66	67	71	96	104	114	116	117	200,0	77,3
Bahia	100	155	164	197	207	260	283	358	374	368	360	260,0	82,7
Ceará	40	44	45	65	84	74	80	111	104	110	125	212,5	92,3
Maranhão	58	44	49	56	50	67	67	99	109	96	107	84,5	91,1
Paraíba	25	47	45	49	55	76	84	98	117	119	104	316,0	112,2
Pernambuco	187	206	226	261	241	245	252	197	223	185	224	19,8	-14,2
Piauí	24	14	29	28	24	31	22	28	28	40	36	50,0	28,6
Rio Grande do Norte	16	13	27	27	25	48	38	51	56	42	59	268,8	118,5
Sergipe	16	15	22	22	21	21	21	36	50	52	48	200,0	118,2
Nordeste	505	580	653	771	774	893	943	1.082	1.175	1.128	1.180	133,7	53,0
Espírito Santo	67	69	90	103	116	129	152	128	104	137	129	92,5	25,2
Minas Gerais	199	230	212	238	248	221	246	258	283	303	274	37,7	15,1
Rio de Janeiro	275	250	272	266	216	223	189	193	223	223	235	-14,5	-11,7
São Paulo	378	285	260	242	185	199	229	223	179	256	215	-43,1	-11,2
Sudeste	919	834	834	849	765	772	816	802	789	919	853	-7,2	0,5
Paraná	32	41	50	48	41	55	57	51	55	68	59	84,4	22,9
Rio Grande do Sul	23	26	22	30	29	32	36	38	21	39	33	43,5	10,0
Santa Catarina	8	7	6	15	6	8	8	15	5	18	16	100,0	6,7
Sul	63	74	78	93	76	95	101	104	81	125	108	71,4	16,1
Distrito Federal	45	43	32	39	41	57	61	50	61	63	66	46,7	69,2
Goiás	74	64	83	91	82	104	117	128	182	171	191	158,1	109,9
Mato Grosso	53	60	51	42	54	57	55	54	60	61	61	15,1	45,2
Mato Grosso do Sul	27	30	31	24	28	22	25	38	40	45	40	48,1	66,7
Centro-Oeste	199	197	197	196	205	240	258	270	343	340	358	79,9	82,7
BRASIL	1.864	1.847	1.978	2.130	2.046	2.253	2.416	2.603	2.711	2.914	2.875	54,2	35,0

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.



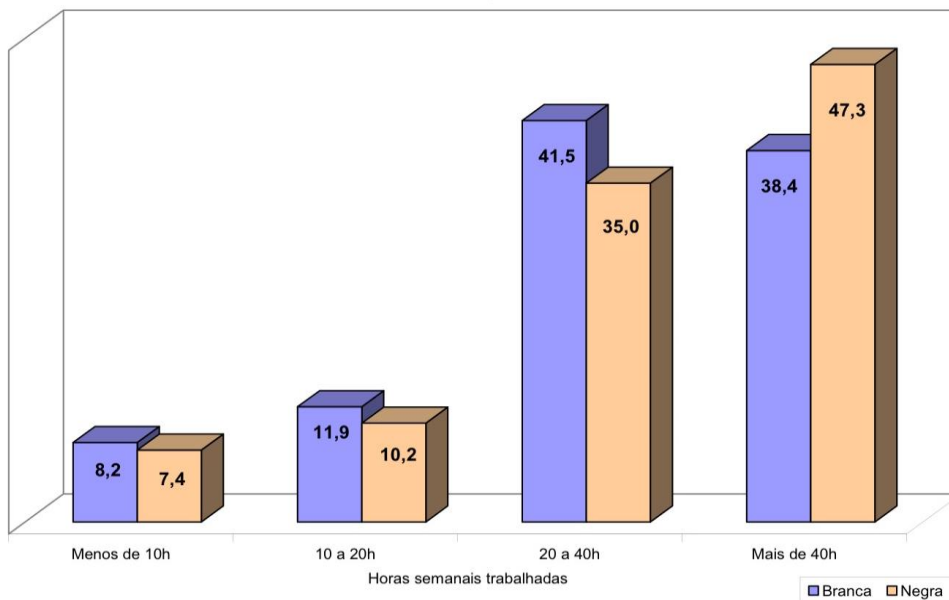
Bloco 2 - Classe, Raça e Gênero

Taxa de desemprego, segundo sexo e cor/raça Brasil, 1996 e 2003



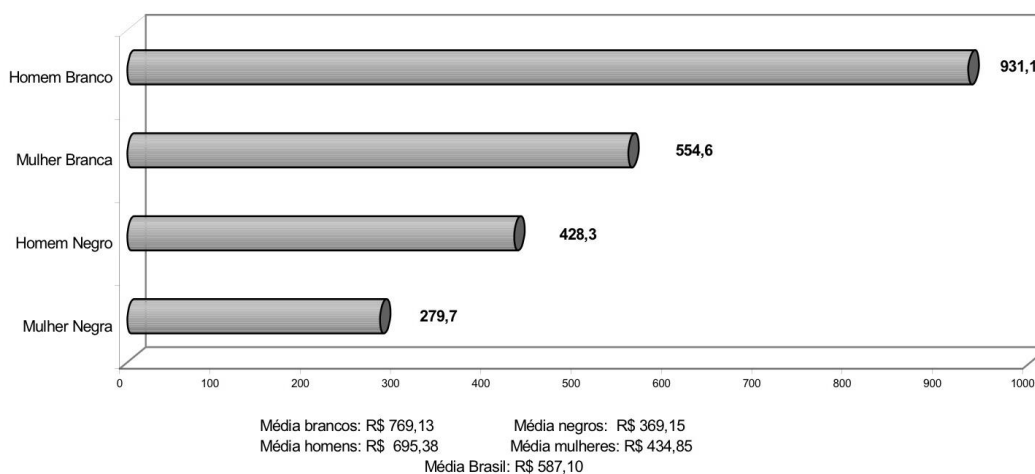
*Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM
Diretoria de Estudos Sociais - IPEA*

Distribuição das trabalhadoras domésticas, segundo cor/raça e jornada de trabalho semanal Brasil, 2003





Rendimento médio mensal do trabalho, segundo raça/cor e sexo - Brasil, 2003



Bloco 3 - Gênero, classe e raça

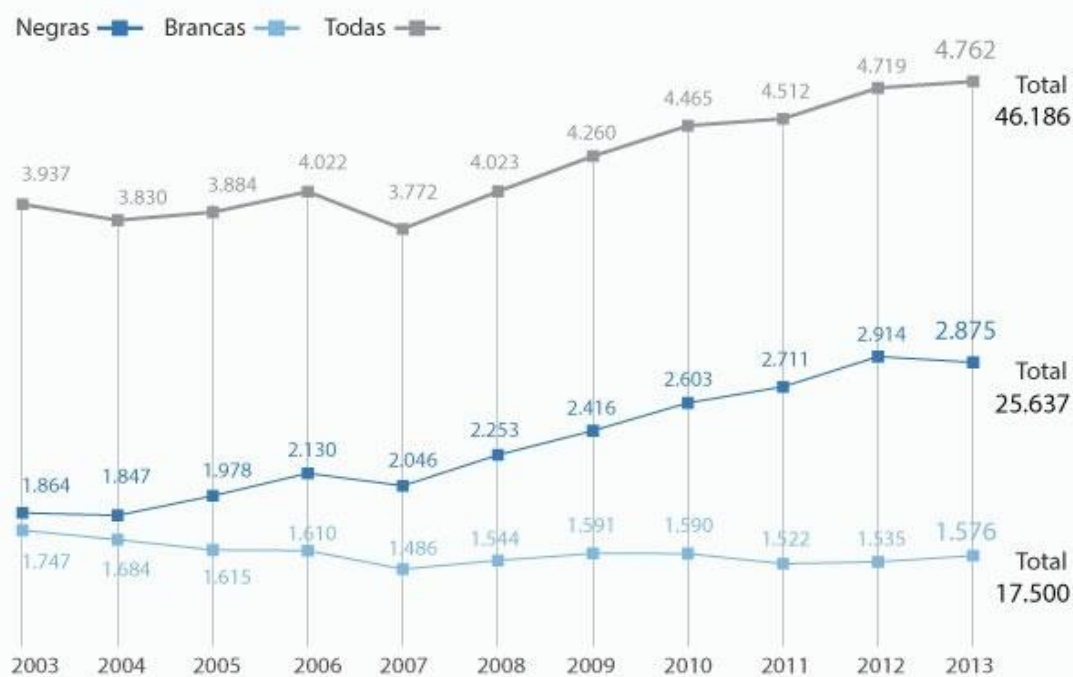
Tabela 6 - Perfil etário das vítimas, MULHERES NEGRAS, de homicídios (2013)

Faixas de Idade	Óbitos por Agressão (Homicídios)	População (2010)	Taxa por 100 mil hab.
TOTAL	3.468	48.406.819	7,2
Crianças (até 14 anos)	560	12.047.386	4,6
Jovens (15 a 29 anos)	1.557	13.534.613	11,5
Adultos (entre 30 e 59 anos)	1.196	18.128.254	6,6
Idosos (Acima de 60 anos)	155	4.696.566	3,3

Fonte: MS/Datasus CID 10 (X85-Y09)



Homicídios contra mulheres



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil

Arte/UOL

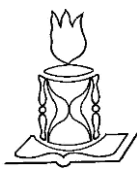


Bloco 4 - Gênero, classe, raça, idade, etnia

TABELA 2. Distribuição dos adultos e idosos quilombolas, segundo variáveis socioeconômicas e características dos domicílios (n=533), Santarém, Pará, 2003 – 2004.

VARIÁVEIS		AMOSTRA	
		N	%
Ocupação	Não	52	9,76
	Sim	481	90,24
Atividade principal de trabalho	Agricultura/pesca/lavoura	274	51,41
	Atividade profissional/comunitária	20	3,75
	Do lar	69	12,95
	Estudante	16	3,00
	Pecuária/ganaderia/comercial	44	8,26
	Serviços gerais	58	10,88
	Sem ocupação	52	9,76
Renda domiciliar (SM)	Até 1SM	129	24,20
	< 1SM	352	66,04
	Acima 1SM	52	9,76
Pessoas empregadas	Nenhuma	362	67,92
	Uma	94	17,64
	Duas ou +	77	14,45
Carteira assinada/previdência	Contribuinte	134	25,14
	Não contribuinte	399	74,86
Pessoas que recebem aposentadoria	Nenhuma pessoa	334	62,66
	Uma pessoa	122	22,89
	Duas ou + pessoas	77	14,45
Prov. Rendimento Domiciliar	Aposentadoria/pensão	128	24,02
	Bolsa família/escola	41	7,69
	Nenhum	252	47,28
	Renda mínima	90	16,89
	Seguro desemprego	22	4,13
Tipo de moradia	Casa	518	97,19
	Cômodo e outros	15	2,81
Piso do domicílio	Cimento	147	27,58
	Barro, madeira e outros	389	72,51
Tipo de iluminação	Elettricidade	27	5,07
	Lamparina	458	85,93
	Vela	48	9,01
Sanitários	Não	63	11,82
	Sim	470	88,19
Abastecimento de água	Nascente e Rede geral	134	25,14
	Poço ou cacimba	162	30,39
	Rio ou igarapé	237	44,47
Nº Cômodos domicílios	0 a 1	58	11,88
	2 ou +	475	88,67
Cômodos para dormitório	0 a 1	137	25,7
	2 ou +	396	74,3

Fonte: Guerrero (2007)



Trechos de teses Acadêmicas

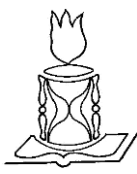
Bloco 1 - Raça e gênero

Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas - Autora: Kimberle Crenshaw

Introdução

Durante essas duas últimas décadas, mulheres têm se organizado contra as violências quase rotineiras que moldam suas vidas. Tirando a partir da força dessas experiências compartilhadas, mulheres têm reconhecido as demandas políticas de milhões falam de forma mais potente que os apelos de algumas vozes isoladas. Essa politização por sua vez transforma a forma como nós entendemos violência contra mulheres. Por exemplo, agressão e estupro, antigamente visto como de âmbito privado (questão de família) e aberracional (agressão sexual errante), agora são amplamente reconhecidos como parte de um sistema de dominação em ampla escala que afeta mulheres enquanto classe. Esse processo de reconhecimento como algo social e sistêmico foi a princípio percebido como isolado e individual tem também a caracterização da identidade política de afro-americanos, pessoas de outras etnias, e gays e lésbicas, entre outros. Para todos esses grupos, a política baseada na identidade tem sido uma fonte de força, comunidade e desenvolvimento intelectual.

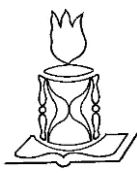
A inclusão da política de identidade, no entanto, tem estado em tensão com as concepções dominantes de justiça social. Raça, gênero e outras categorias de identidade são tratados com maior frequência no discurso liberal dominante como vestígios de preconceito ou dominação—isto é, como estruturas intrinsecamente negativas nas quais o poder social trabalha para excluir ou marginalizar aqueles que são diferentes. De acordo com este entendimento, nosso objetivo libertador



deveria ser o de esvaziar essas categorias de qualquer significado social. No entanto, implícita em certas vertentes dos movimentos de libertação feminista e racial, por exemplo, é a visão de que o poder social na delimitação da diferença não precisa ser o poder da dominação; em vez disso, pode ser a fonte de empoderamento social e de reconstrução.

O problema com a política de identidade não é que ele não transcenda a diferença, como alguns críticos acusam, mas sim o oposto—que frequentemente confunde ou ignora as diferenças intragrupais. No contexto da violência contra as mulheres, esta elisão da diferença na política identitária é problemática, fundamentalmente porque a violência que muitas mulheres experimentam é muitas vezes moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça e classe. Além disso, ignorar a diferença dentro dos grupos contribui para a tensão entre estes, outro problema da política de identidade que envolve esforços para politizar a violência contra as mulheres. Os esforços feministas para politizar experiências de mulheres e esforços antirracistas para politizar experiências de pessoas não-brancas, têm frequentemente precedido como se as questões e experiências ocorressem em terrenos mutuamente exclusivos. Embora o racismo e o sexismo se entrecruzem facilmente na vida de pessoas reais, raramente o fazem nas práticas feministas e antirracistas. E assim, quando as práticas expõem a identidade como mulher ou pessoa não-branca como uma ou outra proposição, elas relegam a identidade das mulheres não-brancas a um lugar que não dizem.

Meu objetivo neste artigo é avançar o relato dessa localização, explorando as dimensões raça e gênero da violência contra as mulheres não-brancas. Os discursos feministas e antirracistas contemporâneos não conseguiram considerar identidades interseccionais como as mulheres não-brancas. Concentrando-me em duas dimensões da violência masculina contra as mulheres — violência doméstica e estupro — considero como as experiências das mulheres não-brancas são frequentemente o produto de padrões que se cruzam de racismo e sexismo e como



essas experiências não tendem a ser representadas dentro dos discursos do feminismo ou do antirracismo. Por causa de sua identidade interseccional como mulheres e não-brancas dentro de discursos que são moldados para responder a um ou outro, mulheres não-brancas são marginalizadas dentro de ambos.

Em um artigo anterior, usei o conceito de interseccionalidade para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de empregaç o das mulheres negras. Meu objetivo era ilustrar que muitas das experiências que as mulheres negras enfrentam não são classificadas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou discriminação de gênero, uma vez que essas fronteiras são atualmente compreendidas e que a intersec o do racismo e do sexismo afeta as vidas das mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas completamente examinando as dimensões de raça ou gênero dessas experiências separadamente. Aproveito essas observações aqui explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam para moldar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra as mulheres não-brancas.

Meu foco nas intersec ões de raça e gênero apenas destaca a necessidade de explicar múltiplos motivos de identidade ao considerar como o mundo social é construído.

Eu dividi as questões apresentadas neste artigo em três categorias. Na Parte I, discuto a interseccionalidade estrutural, a forma como a localização das mulheres não-brancas na intersec o entre raça e gênero torna nossa experiência real de violência doméstica, estupro e reforma corretiva qualitativamente diferente da das mulheres brancas. Eu mudo o foco na Parte II para a interseccionalidade política, onde eu analiso como a política feminista e antirracista, paradoxalmente, muitas vezes ajudou a marginalizar a questão da violência contra as mulheres não-brancas. Então, na Parte III, discuto a interseccionalidade representacional, com a qual me refiro à construção cultural de mulheres não-brancas. Considero como as



controvérsias sobre a representação das mulheres não-brancas na cultura popular também podem elidir a localização particular das mulheres não-brancas e, assim, tornar-se mais uma fonte de falta de poder interseccional. Finalmente, abordo as implicações da abordagem interseccional no âmbito mais amplo da política de identidade contemporânea.

Conclusão

Este artigo apresentou interseccionalidade como forma de enquadrar as várias interações de raça e gênero no contexto da violência contra as mulheres não-brancas. No entanto, a interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediação da tensão entre asserções de identidade múltipla e a necessidade contínua de política grupal.

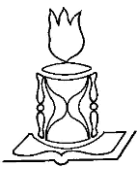
Mas dizer que uma categoria como raça ou gênero é construída socialmente não é dizer que essa categoria não tem significado em nosso mundo. Pelo contrário, um grande e contínuo projeto para pessoas subordinadas é pensar sobre o modo como o poder se agrupou em torno de certas categorias e é exercido contra outros. Este projeto tenta desvendar os processos de subordinação e as várias maneiras pelas quais esses processos são experimentados por pessoas subordinadas e por pessoas privilegiadas por eles. É, então, um projeto que presume que as categorias têm significado e consequências. E o problema mais urgente deste projeto, em muitos casos, senão na maioria dos casos, não é a existência das categorias, mas sim os valores particulares que lhes são inerentes e a forma como esses valores promovem e criam hierarquias sociais.

No contexto do antirracismo, reconhecer as maneiras pelas quais as experiências interseccionais das mulheres não-brancas são marginalizadas nas concepções prevalecentes de políticas identitárias não requer que desistamos das tentativas de organização como comunidades não-brancas. Em vez disso, a



interseccionalidade fornece uma base para reconceitualizar a raça como uma coalizão entre homens e mulheres não-brancos.

Com a identidade assim reconceitualizada, pode ser mais fácil entender a necessidade e convocar a coragem para desafiar grupos que são afinal, em um sentido, “lar” para nós, em nome das partes de nós que não são feitas em casa. Isso leva uma grande quantidade de energia e desperta ansiedade intensa. A maioria poderia esperar é que nos atreveremos a falar contra exclusões e marginalizações internas, para que possamos chamar a atenção para como a identidade do “grupo” centrou-se nas identidades interseccionais de alguns. Reconhecendo que as políticas de identidade ocorrem no local onde as categorias se cruzam, parece mais frutífero do que desafiar a possibilidade de falar sobre categorias. Através de uma consciência de interseccionalidade, podemos reconhecer e fundamentar as diferenças entre nós e negociar os meios pelos quais essas diferenças se expressarão na construção de políticas grupais.



Bloco 2 - Classe, Raças e Gênero

Sociologia e Natureza: Classes, Raças e Sexos - Autor: Antônio Sérgio A. Guimarães

A sociologia se constrói como reflexão científica à medida que supera e demonstra o caráter fundamentalmente histórico e socialmente construído dos seus objetos, anteriormente pensados como pertencentes à natureza. Classes, raças e sexos foram, de fato, considerados objetos naturais antes de serem transformados em artefatos culturais pelo pensamento sociológico.

O último deles, os sexos, ainda encontra muita resistência em ser pensado de outro modo que natural fora dos círculos familiarizados com a teoria feminista contemporânea. As raças, ainda que tenham tido, desde o final do século XIX, negada a sua existência natural por antropólogos e sociólogos, ainda continuam a ter sua ontologia disputada nos meios científicos. As classes, entretanto, parecem ter perdido qualquer vínculo com o mundo natural desde o aparecimento das sociedades modernas, quando o direito divino, a biologia e a teologia deixaram de ser preponderantes na justificativa das hierarquias sociais.

A tese principal que defendo neste artigo é de que o movimento de constituição da sociologia como disciplina que trata de fenômenos sociais independentes de sua articulação ao mundo natural apenas ganhará expressão plena com o estudo da definição social dos sexos. Pois bem, para que possamos entender mais claramente a ‘natureza social’ dos sexos e das raças, seu caráter construído, e compreendê-los como objeto da sociologia contemporânea, vamos começar por relembrar a primeira ruptura – aquela que criou as classes como objeto sociológico ‘puro’.



Também no Brasil, a sociologia, ao se institucionalizar, procurou romper com o pensamento que procurava explicações para os problemas nacionais em elementos naturais, tais como a “raça”, o clima, ou diferentes atavismos. Mas, de fato, a noção antropológica de “cultura”, rompeu apenas parcialmente com tal determinismo naturalista, ainda que o fizesse de modo suficiente a criar um corpo sistemático de estudos e pesquisas empíricas, que estabeleceu uma disciplina científica.

A noção de raça na sociologia brasileira foi introduzida, como sabemos, pela geração naturalista de 1870, com Nina Rodrigues, que não se afastou em nada do que hoje pensaríamos como um conceito vulgar e naturalista de raças. Essa noção caiu em desuso com Gilberto Freyre (1933) e Arthur Ramos (194), transmutando-se em cultura. Embora tal transformação tenha sido muito importante na luta antirracista, minha tese é de que não houve nenhuma ruptura drástica, no plano epistemológico, pois o conceito de cultura foi apenas um tropo para “raça”. Mas é preciso reconhecer que com Gilberto Freyre passou a prevalecer a ideia de que as raças não seriam importantes no Brasil. Não que as raças não tivessem sido importantes no passado, nesse aspecto Freyre teve posição parecida à de Weber antes da inversão metodológica a que me referi anteriormente. A biologia das raças para Freyre pouco interessava porque, no Brasil, o processo biológico importante teria sido o processo que ele chamou de miscigenação, de mistura de genes. Portanto, a constituição do Brasil enquanto nação passara pela miscigenação, e a raça só fora importante enquanto não impedira uma certa democracia nas relações sociais. Então, se as relações raciais foram e eram democráticas, as raças como fator biológico deixavam de ser importantes. Importante em sua sociologia era o hibridismo cultural.

O terceiro modo como a raça foi usada em nossa sociologia foi ainda como ausência. Teorizando sobre formação de um proletariado negro, Costa Pinto (1953) tentou superar a ideia de negro enquanto raça para pensar o negro enquanto



proletário. A sociologia moderna deveria preocupar-se com o modo como o sistema produtivo incorpora o negro como proletário, transformando as relações e os conflitos de classe em centrais para se pensar o povo negro brasileiro. Guerreiro Ramos (1954, 1957), o nosso primeiro sociólogo negro, trabalhou com ideia semelhante, ainda que entretecida de uma das críticas mais acres às nossas relações sociais. Ao dizer que o povo brasileiro era negro e que o que importava para a sociologia era estudar as condições para sua descolonização mental, expressa na valorização da branquitude e da estética europeia, Guerreiro relegou o estudo das relações raciais no Brasil a nada mais que uma empreitada “consular”, uma sociologia de “baianos claros”.

A última e muito atual corrente é aquela que data dos trabalhos de Florestan Fernandes (1965). Fernandes se tornará um político bastante afinado com o novo movimento negro dos anos 1970, mas a sua sociologia também falava basicamente da integração do negro na sociedade de classes, e enxergava nos conflitos de classe, e não nos conflitos raciais, o modo como o povo negro poderia superar sua incorporação subordinada à nação brasileira. Só muito recentemente, a partir dos anos 1980, com os trabalhos pioneiros de Carlos Hasenbalg (1979) e de Nelson do Valle Silva (1978), é que a sociologia brasileira volta a refletir sobre os efeitos materiais e os sentidos culturais que apenas a ideia de raça, tomada seja conceitualmente, seja como construção histórica, pode desvendar.

Sexos, gêneros, sociologia

A modernidade constituída pela expansão europeia ocidental formou-se *pari passu* à racialização dos demais povos em regimes de colonização e de escravização, regimes esses possibilitados por grandes migrações, forçadas ou não, e por regimes patriarcais de regulação da sexualidade. Foram esses regimes que constituíram as raças, demarcando suas fronteiras de reprodução de grupos humanos considerados biológicos. Nesse sentido, a regulação social da sexualidade foi e continua sendo primordial para a constituição dos grupos



humanos, sejam famílias, etnias, raças ou classes sociais. Longe de considerar o sexo um fenômeno biológico, natural e dado, sobre o qual se exerce a regulação social, ou seja do modo estratigráfico criticado por Clifford Geertz (1977), é preciso compreender as relações sociais de dominação e de exploração como constituintes dos sexos e dos diferentes modos de regulação da sexualidade. As regras de classificação racial, por exemplo, tanto quanto as de classificação sexual devem guardar correspondência com a regulação da sexualidade inter-racial.

O feminismo, entendido como a reivindicação política de igualdade de direitos entre os sexos, assim como a sociologia, desenvolveu-se primeiramente encapsulado em posições de classe, de raça, e de colonialidade. Tal encapsulamento foi rompido apenas paulatinamente, à medida em que a política feminista viu-se frente à necessidade de entender o imbricamento de relações de opressão de gênero, raça e classe em que se encontram as mulheres em sociedades pós-escravistas ou pós-colonialistas.

Não é o caso aqui de tentar sintetizar, mesmo que brevemente, tal percurso, quero entretanto concluir apontando dois desafios que a teoria feminista colocou para a sociologia em geral.

O primeiro, de ordem epistemológica, foi bem resumido por Bilge (2010), que nos fala de três formas de conceber as relações de poder e de sexo, na teoria feminista: a monista, que substituiu a primazia das relações de exploração de classe, ou o racismo, pela primazia do patriarcado; a pluralista, que introduziu uma lógica aditiva e cumulativa na explicação da articulação entre diversas formas de exploração e opressão (classe + raça + gênero), ou seja a situação das mulheres resultaria da somatória de diversas situações de opressão; e, finalmente a holista, a qual concebe, tanto da perspectiva individual, quanto da coletiva, as determinações como intrinsecamente articuladas ou imbricadas. No dizer de Kergoat (2010) trata-se da consubstancialidade das relações de poder. Passo importante para tal entendimento, sem dúvida, foi dado pelo conceito de interseccionalidade



(Crenshaw 1991), que trouxe para o mainstream das ciências sociais o desafio de pensar conjuntamente como se articulam na prática social, e como podem ser abordadas teoricamente, diversas formas de subordinação, discriminação, exploração e de exercício de poder, sem recair seja numa somatória, seja num modelo causal de inter-relação entre variáveis.

Tal desafio epistemológico pode ser enfrentado com sucesso quando a ele se junta um outro, este de ordem ontológica. Aqui, chamo atenção para a reflexão de Elsa Dorlin (2008) sobre a historicidade do sexo, ou seja, para a demonstração genealógica de que a definição sexual dos indivíduos passa pelo arbítrio social (Fausto-Sterling 2001/2002), ou seja, pelas relações sociais de poder e de exploração, e que a sexualidade é a forma de enquadramento da sexuação, i.e. da capacitação biológica, a qual precisa ser regulada socialmente para formar e funcionar enquanto sexo.

Por analogia ao argumento de Geertz (1977: 33-54) o sexo poderia ser pensado como se definindo concomitantemente à sexuação. Como se sabe, segundo Geertz o ser humano desenvolveu o seu potencial biológico *pari passu* à sua cultura e portanto não se pode dizer que esta seja posterior àquela ou que a cultura seja possível apenas depois de constituído o aparato biológico humano. No caso do sexo, este não existe sem cultura, posto que sem ela não teria definição, sendo apenas uma sequência de sexuação. Mas, sem entrar no terreno do realismo ontológico, poderíamos também dizer que o sexo, enquanto objeto sociológico, é tão somente uma relação de poder a partir da qual operam outros processos sociais diversos.



Bloco 3 - Gênero, raça e classe

O estudo da violência de gênero e sua intersecção com raça e classe social.

Autora: Ana Paula de Santana Correia.

A referida pesquisa tem como objetivo demonstrar como a dinâmica de gênero e sua intersecção com raça e classe marcam de forma diferenciada a vivência de mulheres negras. O estudo procura responder sobre as seguintes questões: a) como os marcadores sociais: gênero, raça e classe operam nas trajetórias sociais das mulheres negras selecionadas? b) como as mulheres pesquisadas pensam sobre as experiências da violência sofrida? Os sujeitos centrais dessa pesquisa são mulheres negras, localizadas na periferia de São Paulo, que passaram por violência conjugal em relacionamento heterossexual, e atendidas no Centro de Defesa Viviane dos Santos, na mesma região.

A violência de gênero contra as mulheres, embora esteja presente em todas as classes sociais, incide de maneira diferente entre os segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras. A ausência de recorde racial na análise do tema da violência, assim como em relação a outros agravos, tem dificultado a identificação das desigualdades a que estão expostas as mulheres negras. Autores (as), principalmente os (as) de grupos de feministas negras, começaram a mostrar que há um agravamento das violências quando a mulher é negra, ocasionada pelo racismo que gera outras violências. Quando pensamos na constituição da sociedade brasileira, marcadores como gênero, classe e raça/etnia delineiam hierarquias raciais e de gênero produzidas historicamente que vão apontar os lugares vistos como naturais a este grupo e como tais representações simbólicas informam como se situam na sociedade, como são vistas e percebidas.

Violência de gênero contra a mulher tem sido considerada qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual



ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado . Independentemente do tipo de violência praticada contra as mulheres, ela tem como base comum as desigualdades que predominam na sociedade. O conceito de gênero elaborado por Lia Vainer Schucman (2012, p.89) melhor expressa os questionamentos que pretendo abordar, segundo ela gênero é uma forma de problematização, de compreender determinadas relações de poder. Se o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder isso significa que ele não atua independente de outras categorizações sociais. As relações de gênero funcionam por meio de um sistema de signos e símbolos que representam normas, valores e práticas que transformam as diferenças sexuais de homens e mulheres em desigualdades sociais, sendo estas tomadas de maneira hierárquica valorizando o masculino sobre o feminino.

O conceito de “raça” usado neste trabalho é o de “raça social” (Guimarães, 2003, p. 96). Isto é, não se trata de um dado biológico, mas de construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Para Guimarães (2003, p.96) se a existência de raças humanas não encontra qualquer comprovação no bojo das ciências biológicas, elas são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos.

O impacto do racismo sobre as relações de gênero

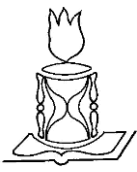
As mulheres negras estão entre os contingentes de maior pobreza e indigência do país. Possuem uma menor escolaridade, com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que as mulheres brancas, além de uma menor expectativa de vida. São trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres e responsáveis pelo cuidado e sustento do grupo familiar. As negras estão em sua maioria em postos de trabalho mais



vulneráveis e precários e são minoria nos cargos de direção, gerência ou planejamento. Segundo dados do IPEA sobre taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça – Brasil, 2009: os homens brancos estão na margem dos 5,3%; homens negros: 6,6%; mulheres brancas: 9,2%; e mulheres negras: 12,5%. Uma expressão da desigualdade injusta marcada pela linha de cor pode ser vista nos dados sobre a renda média de brasileiros (as) segundo sexo e cor/raça - Brasil, 2009: homens brancos: R\$ 1491,00; mulheres brancas: R\$ 957,00; homens negros: R\$ 833,50; e mulheres negras: R\$ 544,007 .

Os dados permitem observar um importante mecanismo de estabelecimento da subordinação racial, a saber, a administração desigual do acesso aos resultados do trabalho coletivo e das riquezas produzidas segundo a raça de indivíduos e grupos. Dizendo de outro modo, poderemos verificar a forma como o racismo permite a apropriação desigual da renda e da riqueza, a partir do privilegiamento do (a)s brancos (as), especialmente dos homens deste grupo racial. Para Schucman (2012, p. 88) ficam evidentes as desigualdades sociais entre brancos e não brancos quanto aos acessos a bens materiais e valores simbólicos. Evidencia-se uma hierarquia em que no topo estão os homens brancos e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Essa realidade resulta de complexos mecanismos de discriminação, preconceito, diferenciação, super exploração, cuja compreensão está na análise das determinações histórico-estruturais em que se articula gênero e raça. Assim, é necessário analisar as variáveis: classe, raça e gênero para compreender as hierarquias da violência.

É necessário o entendimento da intersecção entre gênero e raça para questionar os modos como as representações da feminilidade, também podem articular o racismo, a exemplo, o modo como foi constituída a identidade da mulher negra a partir do olhar ocidental que a definiu como selvagem perigosa, amoral e detentora de uma raça distinta, permitindo a submeter a todo tipo de violência . Entretanto, não se trata apenas de afirmar a necessidade de trabalhar

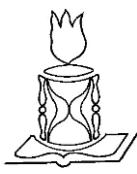


com a multiplicidade de diferenças que marcam corporalmente determinados grupos, segundo as acadêmicas feministas, a questão não se resolve adicionando as diversas formas de opressão na configuração da condição social das mulheres e das relações de gênero, mas percebendo sua interconexão, percebendo como elas se intersectam. A “racialização” é pensada como o efeito de um modo cruel e complexo de operação das desigualdades, através do qual se excluem grupos corporalmente marcados (Piscitelli, 1996, p. 12).

Feminismo negro: raça e gênero como categorias de articulação.

Só na década de 1980 as mulheres negras aparecem como sujeitos de pesquisa, contexto do qual o feminismo negro norte-americano e o movimento negro evidenciava. Estas mulheres enfatizaram a necessidade de pensar as diferentes experiências históricas das mulheres, inclusive o próprio feminismo “branco de classe média e heterossexual” que sustentava a tese de uma experiência única e universal feminina. Esta afirmação não considerava o impacto e a articulação das categorias gênero, raça e classe social e outras na constituição histórica das mulheres em contextos específicos e diferenciados. Nesse período que se constata a ausência da temática: gênero e raça no campo dos estudos feministas e das relações raciais e quando surgem os primeiros trabalhos científicos contemporâneos sobre a mulher negra brasileira.

As feministas norte-americanas foram as primeiras a evidenciar a intersecção das categorias de raça e gênero como um aspecto que marca a diferença nas experiências de mulheres, também a crítica ao feminismo enquanto teoria e prática, sobretudo a dificuldade em reconhecer a diversidade interna ao movimento, em particular a questão racial, dimensões que também são evidenciadas pelas feministas negras brasileiras. Elas incorporaram o tema das diferenças em suas abordagens, ocupando-se em discutir a presença do racismo, e também, o entrecruzamento entre gênero, raça e classe como elemento



representativo das diferenças nas experiências das mulheres. Contribuíram para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA.

O feminismo passa a ser a lente, através da qual, diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente, no sentido de reinventar as relações sociais entre homens e mulheres fora dos padrões que estabelecem inferioridade de um em relação ao outro (Bairros, 1995).

Conclusão

A proposta de trabalhar com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. O debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenças, mas elas variam em função de como são pensadas diferenças e poder. Kimberlé Crenshaw (2002), e retomado por Piscitelli (2008, p. 267) aponta as interseccionalidades como formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, por exemplo, sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de interação entre formas de subordinação possibilitaria superar a ideia de superposição de opressões, negar a ideia de que a mulher negra é duplamente oprimida. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento, (Crenshaw, 2002, citado Piscitelli, 2008). Essas categorias não existem isoladamente uns dos outros, existem em e por meio das relações entre elas.

Para Schucman (2012, p.89) apesar das distinções acadêmicas separarem os marcadores de raça, classe e gênero em categorias isoladas, afirma que a experiência de qualquer sujeito no mundo não é vivida fragmentariamente. E,



consideradas em conjunto os marcadores do corpo como raça e gênero agem uns sobre os outros de maneiras diferentes.

De acordo com Carneiro (2003, p.5) é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas como são as sociedades latinoamericanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. Portanto ao analisar a trajetória de algumas mulheres negras de uma região periférica de São Paulo pretendo compreender as associações feitas entre raça e gênero nas falas dos sujeitos e como elas se objetivam em seu cotidiano desencadeando situações de violência. Procurando destacar como raça e gênero, enquanto, sistemas de opressão podem afetar especialmente alguns grupos de mulheres em detrimento de outros em contextos particularizados.



Bloco 4 - Gênero, classe, raça, idade, etnia

Interseccionalidade em Ação: o uso de álcool entre jovens quilombolas de Garanhuns/PE. Autores: Roseane Amorim da Silva e Jaileila de Araújo Menezes.

Introdução

O presente estudo busca problematizar questões de gênero articuladas com classe social e raça-etnia, no intuito de compreender o uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE. A noção de articulação e/ou interseccionalidade, segundo Adriana Piscitelli (2008:266) possibilita “o uso de ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”. Para Kimberlé Crenshaw, pesquisadora negra, a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres” (CRENSHAW, 2002:177).

Focalizar a interseccionalidade é considerar um olhar ampliado para as diferenças entre mulheres e homens, mulheres-mulheres, homens-homens, e neste estudo queremos compreender como estas diferenças repercutem na significação do uso de álcool. Vale salientar que há um reconhecimento crescente de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, e fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002). Essa situação de desigualdade e discriminação pode ter uma relação com o uso de álcool realizado por algumas mulheres jovens, contribuindo em algumas situações para que este seja feito de forma abusiva.



Sobre a noção de gênero, é importante esclarecer que esta foi consolidada na expressão relações de gênero, e representa a aceitação de que a masculinidade e a feminilidade transcendem a questão da anatomia sexual, remetendo a redes de significação que envolvem diversas dimensões da vida das pessoas, compreendendo a interdependência entre o biológico e o psicossocial em cada cultura específica.

O que se percebe é a existência da opressão e desigualdade na relação entre homens e mulheres, e entre as mulheres quando se propõe a refletir sobre a interseccionalidade de gênero, classe e raça-etnia.

A perspectiva interseccional que está sendo abordada neste trabalho possibilita a percepção da existência da opressão, mas principalmente seus desdobramentos a partir do efeito do cruzamento entre os diversos marcadores.

Em relação às comunidades remanescentes de quilombos, estas foram objeto, no Brasil, de um intenso debate. De acordo com o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Os/as jovens que fazem parte deste estudo são habitantes de duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, localizadas próximas ao município de Garanhuns/PE, nestas a fonte de renda é a plantação de mandioca, para fabricação de farinha, onde trabalham homens e mulheres. Estes/as costumam frequentar o município de Garanhuns, alguns e algumas para trabalhar e/ou estudar, outros/a em períodos de festas, para fazer compras, ir aos serviços de saúde, entre outras finalidades. Nas comunidades existem vários bares que segundo moradores/as é o local que eles/a vão para se divertir, e o uso de álcool muitas vezes é realizado de modo abusivo por homens e mulheres jovens e adultos,



de diversas idades, e ainda, existem os bares que são frequentados principalmente pelos/a jovens.

Em relação à categoria juventude, muitas vezes esta é usada, inclusive, em estudos acadêmicos, como sinônimo de adolescência. A juventude, por sua vez, é considerada uma categoria social marcada pela cultura, que envolve o compartilhamento de um conjunto de características, como crenças, valores, interesses, normas e práticas. Sem referir-se a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencentes à mesma.

No que se refere ao uso de álcool entre os/as jovens, vários são os fatores apontados pela literatura (COFANI, 2012) como responsáveis pelo início e a continuidade do uso em diferentes contextos, diversão, curiosidade, influência dos/a amigos/a e/ou da rede familiar, o uso para esquecer os problemas, lidar com dificuldades cotidianas, como um instrumento de desinibição nas relações sociais, entre outros. O que vale salientar é que o uso de álcool pode ter vários significados, de acordo com o contexto onde ele é feito, quem faz o uso, de que modo, na companhia de quem, ou seja, várias questões fazem parte do uso dessa substância psicoativa.

Questões de gênero, classe e raça-etnia e o uso de álcool e outras drogas entre os/as jovens quilombolas

Culturalmente sabe-se que existem muitas ideias em torno do uso de álcool, algumas que relacionam o uso das substâncias principalmente ao comportamento masculino, sendo inclusive uma prática natural em diversos contextos. Já as mulheres que fazem uso de álcool são em alguns casos mal vistas pelos homens, e pelas próprias mulheres que não o fazem. De um modo ou de outro, o que temos observado com os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE, é que cada vez mais as mulheres têm iniciado o uso de álcool, e algumas o fazem de forma abusiva. O que nos leva a refletir tanto por serem algumas jovens mulheres, pois culturalmente

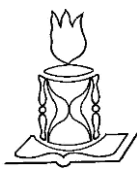


este não é um comportamento que foi estabelecido para as mesmas, mas, também porque entre homens e mulheres isto tem sido cada vez mais recorrente, apesar da existência de uma série de consequências que poderão ser ocasionadas pelo uso abusivo de álcool, e que eles e elas, já vivenciaram e vivenciam nas comunidades.

É comum nessas comunidades quilombolas a ocorrência de acidentes com motos, homens jovens e adultos que estavam pilotando sob o efeito do álcool; violência, inclusive a violência do tipo doméstica, que é explicada pelas mulheres quilombolas através do uso abusivo de álcool por seus maridos agressores, alegando que quando esses não estão embriagados não cometem nenhum tipo de violência. Esse aspecto chama atenção para o significado e as repercussões do uso/abuso de álcool em um contexto relacional, onde as jovens mulheres casadas estão mais vulneráveis aos “efeitos” do álcool. A associação violência doméstica e uso de álcool já foi descrita em muitos estudos, talvez o elemento diferenciador e preocupante no contexto das comunidades quilombolas é que em função da naturalização/banalização do uso de álcool, da recalcitrância dos códigos de dominação que incidem sobre as mulheres e da ausência de iniciativas que desnaturalizasse esses casos de violência pautados na desigualdade de gênero, a possibilidade de que essas mulheres saiam dessa situação de opressão parece comprometida.

Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais, de gênero, e de classe, que são parte da estrutura, têm que ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação. Outra questão é que a propaganda contra as mulheres pobres e racializadas pode não apenas torná-las alvo da violência sexual, mas também pode contribuir para a tendência, de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção das autoridades (CRENSHAW, 2002).

A existência em um contexto permeado pela violência sexista, pelo preconceito devido à raça/etnia (em relação com os/as moradores da cidade), e



diversas desigualdades sociais, a exemplo da falta de oportunidades de educação, saúde, trabalho, pode vulnerabilizar as mulheres jovens ao abuso de álcool. Algumas jovens afirmaram, em conversas informais durante nossa inserção no campo, fazer uso de álcool para lidar com as dificuldades cotidianas, algumas dessas dificuldades são as referidas acima, e também para esquecer os problemas. O uso de álcool neste sentido pode funcionar como uma estratégia de sobrevivência para conseguir lidar com o sofrimento ocasionado pelas situações vivenciadas, ainda que este uso, se feito de forma abusiva poderá ocasionar problemas de diversas ordens.

Outra questão é que as mulheres também sofrem estigmatização através dos lugares que frequentam e de seus comportamentos, e estes estigmas contribuem para que exista ainda mais discriminação e opressão. Na realidade é um ciclo, o estigma é causado pela discriminação e desigualdade e gera ainda mais desigualdades e opressão.

É importante ressaltar que os/as jovens fazem parte de um contexto onde o uso de álcool é generalizado, mas também diferenciado. Especificamente sobre o uso por parte de jovens mulheres podemos observar que as que estudam tem um perfil de uso esporádico, particularmente quando vão às festas ou no final de semana nos bares da comunidade, mas não em qualquer bar, frequentam os que estão presentes mais os/as jovens, onde comumente tem som para dançarem em grupo.

Nas comunidades quilombolas as mulheres podem sofrer as desigualdades de modos diferenciados, de acordo com a posição que ocupam, se trabalham na agricultura, em casa de família ou na cidade, se são esposas ou filhas de pessoas que tem uma visibilidade dentro da comunidade, a exemplo das lideranças quilombolas, entre outras. Diferença nesse sentido é uma diferença também de condições sociais, de modo que o foco analítico está colocado na construção social

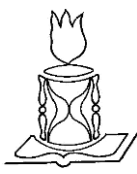


de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos.

Este fato remete ainda as desigualdades sofridas pelas mulheres negras em relação às brancas, as mulheres pobres e negras geralmente são aquelas que trabalham como domésticas na casa das brancas, muitas tendo um trabalho não reconhecido socialmente. Isso fez com que a Caldwell (2000:100) chamasse atenção para o fato de que “as relações de poder têm moldado as vidas, posições sociais e identidades de mulheres negras e brancas, realçando a inter-relação de raça e gênero na sociedade brasileira”. É muito comum as jovens quilombolas trabalharem como domésticas na área urbana do município de Garanhuns/PE, tendo muitas vezes as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia reiteradas.

Nas comunidades quilombolas as/os jovens que são casados/as afirmam que não existe um trabalho diferenciado para homem e mulher na comunidade, ambos trabalham na agricultura, na casa de farinha, e a renda do lar depende do trabalho do casal. Mas, vale salientar que não reconhecem a tripla jornada de trabalho das mulheres que é realizada na continuidade das atividades no lar, nos cuidados com a casa e os filhos/as.

AvtaBrah (2006: 351) pontua que “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”. Por isso que os/as jovens quilombolas fazem parte de uma parcela da sociedade em que as oportunidades de educação, trabalho e saúde são mais difíceis, as situações de moradia por vezes precária, uma série de questões que vem a favorecer a vulnerabilidade dessa população a vários fatores, em que inclui o uso abusivo de álcool.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões tecidas neste trabalho percebe-se o quanto é importante considerar as questões de gênero, classe e raça/etnia na compreensão do uso abusivo de álcool e outras drogas, pois tanto as mulheres quanto os homens, mas principalmente as mulheres podem fazer uso de álcool por estarem em um contexto permeado pelas desigualdades, preconceito e opressão, em que não são ouvidas e não têm seus direitos considerados. Isto dificulta a afirmação destas enquanto pessoas que podem escolher se querem ou não trabalhar fora de casa, casar, ter filhos/as, frequentar diferentes espaços, entre outras questões, implicando na qualidade de vida. Pudemos perceber que o uso de álcool para os/as jovens tem diferentes significados e diversas repercussões em suas vidas de acordo com as situações juvenis de homens e mulheres, e as vivências de cada um/a no contexto das comunidades quilombolas.

É importante lembrar o contexto em que está sendo feito o uso de álcool, comunidades quilombolas, onde principalmente o uso de álcool é uma prática cultural. Assim este pode ter vários significados entre mulheres, e entre homens e mulheres, de modo que é preciso considerar a dinâmica da comunidade e o modo como às subjetividades se constituem e se expressam nesse contexto. É preciso criar espaços para que os/as quilombolas falem de suas experiências, e sobre o significado do uso das substâncias psicoativas para eles/as.